



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CAMPUS SOUSA – PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

JAMYLLLE SOARES DE MENEZES

A EVASÃO ESCOLAR COMO DESAFIO AO SERVIÇO SOCIAL

SOUSA - PB

2023

JAMYLLLE SOARES DE MENEZES

A EVASÃO ESCOLAR COMO DESAFIO AO SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa (CCJS), como requisito parcial para obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior.

SOUSA - PB

2023

M543e Menezes, Janylle Soares de.
A evasão escolar como desafio ao Serviço Social / Janylle Soares de Menezes. - Sousa, 2023.
57 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.
"Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior."
Referências.

1. Serviço Social. 2. Evasão Escolar. 3. Educação. 4. Trabalho Profissional. I. França Júnior, Reginaldo Pereira. II. Título.

CDU 36(043)

JAMYLLLE SOARES DE MENEZES

**A EVASÃO ESCOLAR COMO DESAFIO AO SERVIÇO
SOCIAL**

Aprovado em: 13/06/2023

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 REGINALDO PEREIRA FRANCA JUNIOR
Data: 23/06/2023 14:01:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Reginaldo Pereira França Júnior

(Orientador)

Universidade Federal de Campina Grande

Documento assinado digitalmente
 FRANCIELE DA SILVA SANTOS
Data: 23/06/2023 14:07:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Franciele da Silva Santos

(Examinadora)

Universidade Federal de Campina Grande

Documento assinado digitalmente
 MARIA DA CONCEICAO SILVA FELIX
Data: 23/06/2023 18:12:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Silva Felix

(Examinadora)

Universidade Federal de CampinaGrande

SOUSA-PB

2023

Esse Trabalho de Conclusão de Curso só foi possível através do apoio e suporte do meu marido, Eduardo Alves, que foi capaz de suportar os meus momentos de stress, me ouviu e aconselhou para que eu pudesse desenvolver esse trabalho. Com muita gratidão e amor no coração eu dedico ao meu maior incentivador que sempre esteve ao meu lado e acreditou em mim, obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por guiar meus passos até aqui e por todas as bênçãos que me concedeu ao decorrer dessa jornada, por me dar saúde e determinação para não desanimar durante a realização desse trabalho.

Agradeço ao meu marido, Eduardo, meu suporte e a quem dedico esse trabalho, pois sem seu apoio e confiança em mim nos momentos onde até eu duvidei que conseguisse nada disso seria possível, você segurou minha mão e me ajudou a prosseguir, obrigada por me ouvir, por enxugar minhas lágrimas e por falar que daria tudo certo, você tinha razão deu tudo certo e esse sucesso também é seu.

Agradeço a minha família, minha mãe, Selma, que sempre me incentivou, meu exemplo de mulher guerreira, obrigada por tudo o que sempre fez e faz por mim. Minhas irmãs e irmão, Janaina, Jane Kelly e Renato, por todo o apoio que vocês me deram ao decorrer de toda a minha vida, não tenho palavras suficientes para agradecer tudo o que me proporcionaram e o que vocês significam pra mim, amo vocês.

Ao meu sogro e padrinho de formatura, Elieser, obrigado por acreditar no meu potencial e por todas as palavras de incentivo, você foi fundamental para que eu chegasse até aqui, você é o exemplo de pessoa e profissional que quero ser. A minha sogra, Lucia, obrigada por me acolher e me incentivar sempre a ser melhor.

Aos meus amigos que estiveram comigo ao longo dessa jornada, em especial Maria Helena, Kamilla Kevia, Vitoria Lira e Raiane Dias que me acolheram desde o primeiro dia de aula, nos momentos em que estive mais perdida e sem conhecer ninguém vocês seguraram minha mão e me guiaram, obrigada pela amizade de vocês, guardo no coração todos os momentos vividos ao longo desses anos. Kamilla e Vitoria que estiveram ao meu lado no decorrer da escrita desse trabalho, me ouviram, aconselharam e confiaram em mim, obrigada por todo apoio e por todos os momentos vividos ao longo desses anos, sentirei saudades das nossas longas conversas na biblioteca.

Aos meus colegas de curso, turma de 2019.1 com quem tive trocas incríveis momentos que guardarei como lembranças boas, agradeço pelo companheirismo ao longo desse processo de formação, as experiências compartilhadas me permitiram crescer como pessoa, a cada um de vocês guardo uma lembrança especial.

A todos os professores do campos CCJS/UFCG, agradeço por todos os conhecimentos compartilhados por contribuírem de forma magnífica para a minha formação, foi um prazer ser aluna de vocês, tenho muito orgulho dessa universidade e do curso de Serviço Social.

Ao meu professor e orientador Reginaldo França meus agradecimentos especiais, sem você esse trabalho não seria possível, obrigada por ser meu orientador, por se dedicar e desempenhar essa função da melhor forma possível sempre com paciência ao me orientar no decorrer da escrita desse trabalho, por ser compreensivo e sempre disponível para tirar todas as minhas dúvidas, seus ensinamentos me permitiram melhorar meu desempenho e enriqueceu minha formação profissional, suas contribuições foram fundamentais para que esse trabalho se concretizasse. Admiro-te muito!

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho. Como diz Simone de Beauvoir “todas as vitórias ocultam uma abdicação”, a caminhada não foi fácil, mas é gratificante ver o resultado final de todo o esforço e dedicação!

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo compreender o trabalho profissional do (a) Assistente Social frente à evasão escolar em um município no alto sertão paraibano no ano de 2022, na medida em que a evasão escolar é uma das expressões da questão social, ao mesmo tempo em que a preocupação é identificar os fatores que contribuem para essa evasão e as possibilidades do trabalho profissional frente a ela. Com esse intuito, para atender aos objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico e a abordagem metodológica utilizada foi o método qualitativo, a partir do método materialista dialético, bem como a técnica de pesquisa de campo com aplicação de uma entrevista semiestruturada. Os resultados obtidos com a pesquisa confirma a hipótese de que a evasão escolar é uma das expressões da questão social, dessa forma, se torna um desafio ao trabalho profissional do/a Assistente Social inseridos na educação em vista de que são diversos os fatores que podem ocasiona-la. Ademais, foram identificados os fatores que contribuem com a evasão escolar, aos quais são fatores internos e externos das instituições escolares que estão relacionadas diretamente com as desigualdades da sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVES: Evasão escolar; Educação; Trabalho profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This Course Completion Work aims to understand the professional work of the Social Worker in the face of school dropout in a municipality in the high hinterland of Paraíba in the year 2022, insofar as school dropout is one of the expressions of the social issue, at the same time, the concern is to identify the factors that contribute to this evasion and the possibilities of professional work in the face of it. To this end, to meet the research objectives, a bibliographic study was carried out and the methodological approach used was the qualitative method, based on the dialectical materialist method, as well as the field research technique with the application of a semi-structured interview. The results obtained from the research confirm the hypothesis that school dropout is one of the expressions of the social issue, thus, it becomes a challenge to the professional work of the Social Worker inserted in education in view of the fact that there are several factors that can occasion it. Furthermore, the factors that contribute to school dropout were identified, which are internal and external factors of educational institutions that are directly related to the inequalities of capitalist society.

KEYWORDS: School dropout; Education; Professional work; Social service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais

CE – Código de Ética

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social

CEP – Código de Ética Profissional

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFB – Constituição Federal do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DH – Direitos Humanos

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 – SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL	15
1.1 - A formação profissional na contemporaneidade e seus desafios	15
1.2 - O Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho.....	20
1.3 - A dimensão ética do trabalho profissional: <i>um debate necessário</i>	26
2 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	33
2.1 – A dimensão do trabalho profissional na educação: demandas e desafios.....	33
2.2 – A evasão escolar como uma expressão da questão social	41
2.3 – Desvelando a realidade do trabalho profissional frente à evasão escolar: <i>resultados da pesquisa</i>	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS:	52
ANEXOS	56

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado de “A evasão escolar como desafio ao Serviço Social” foi desenvolvido com a finalidade de compreender o trabalho profissional do/a Assistente Social frente à evasão escolar, objetivando desvelar a realidade do trabalho profissional, suas demandas e desafios inseridos na educação.

Esse estudo se justifica pela necessidade de desvelar a realidade do trabalho profissional do/a Assistente Social na área da educação, levando em conta que é uma área “nova” de atuação tem a possibilidade de compreender os fenômenos que rodeiam as escolas e em específico a evasão escolar. Nesse sentido, a escolha do tema se concretiza a partir das minhas experiências no campo de estágio no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS onde identifiquei que as demandas judiciais de evasão escolar são repassadas para a instituição, dessa forma me despertou o interesse de discutir sobre a evasão escolar e o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais inseridos/as no ambiente escolar.

Em relação a sua relevância, nosso trabalho busca contribuir para que a comunidade acadêmica e a sociedade tenha conhecimento dos principais fatores que colaboram para a evasão escolar e os desafios enfrentados pelos/as Assistentes Sociais atuantes nesse meio, ressaltando a educação como um direito de todos. Além de possibilitar a compreensão de questões que são de extrema importância para a vida social como a permanência de jovens e crianças na escola. É importante que a universidade produza novos estudos situados nesse recente espaço sócio-ocupacional, desse modo, a pesquisa possibilitou o reconhecimento da realidade educacional, sobretudo a atuação do/a profissional de Serviço Social no que tange a evasão escolar.

Á vista disso, a pesquisa tem como objetivo geral compreender o trabalho profissional do/a Assistente Social frente à evasão escolar em um município no alto sertão paraibano no ano de 2022. Em vista disso, os objetivos específicos se constituem em analisar a evasão escolar como uma expressão da questão social, identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar dos estudantes e compreender os limites e possibilidades do trabalho profissional frente à evasão escolar.

Visando atingir os objetivos aqui propostos, o presente trabalho se fundamenta em uma pesquisa de natureza analítica, baseado no método dialético, visando interpretar a realidade social e descrever o trabalho profissional e os fenômenos que ocasionam a evasão escolar. A pesquisa utilizou o método dialético que consiste em “[...] fortalecer as bases para

uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais e etc.” (GIL, 2009, p.14). Para tanto, adota uma abordagem de natureza descritiva, uma vez que objetiva descrever o fenômeno pesquisado e a relação entre os elementos que o compõem (GIL, 2009).

Para a construção do arcabouço teórico foi utilizado obras e autores que já estudam os temas, evasão escolar, educação, questão social e Serviço Social, autores como: Sarita Amaro (2017), Marilda Iamamoto (2010; 2011; 2013; 2014), Raul de Carvalho (2013), José Paulo Netto (2006; 2011), dentre outros, que contribuíram para o debate e compreensão da temática desse trabalho. Sobre a amostragem da pesquisa, essa se deu através da acessibilidade, de forma não probabilística levando em conta o interesse do/a profissional de nível superior que atua na educação que se disponibilizou a participar.

Logo, este Trabalho de Conclusão de Curso se estrutura em dois capítulos, que visam responder aos objetivos propostos. No primeiro capítulo, tem-se a discussão sobre a formação profissional do/a Assistente Social, partindo do contexto histórico das mudanças que ocorreram para essa formação, a fim de entender a sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, sua relevância e legitimidade social, por fim, ressaltando a dimensão ética do trabalho profissional que corresponda as necessidades emergentes da sociedade.

No segundo capítulo, trouxemos o debate sobre a dimensão do trabalho profissional na educação, a vista de ressaltar as demandas e desafios do/a profissional de Serviço Social inserido nesse espaço ocupacional. Para tanto, abordamos as transformações que ocorreram na educação e a inserção do/a Assistente Social nesse processo, compreendendo quais são as suas demandas, atribuições e desafios. Nesse contexto, analisamos a evasão escolar como um dos desafios ao Serviço Social, assimilando a evasão como uma das expressões da questão social.

Ao final do capítulo dois, tem-se a divulgação dos resultados da pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP cujo parecer é o de número 6.037.421, ao qual foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE por parte do/a entrevistado/a resguardando o sigilo e confidencialidade do/a participante. Assim, através da análise das respostas obtidas com a entrevista semiestruturada contendo oito perguntas, possibilitou que se desvelasse a evasão escolar com base nas experiências do/a profissional.

Diante dos dados coletados e analisados, comparado a outros materiais que discutem sobre a temática, em consonância com a realidade do município pesquisado se confirmou que a evasão escolar é uma expressão da questão social, levando em conta que essa não é um fator

isolado e sim manifestações de diversas outras expressões que a originam. Dentre os fatores que contribuem para essa evasão podemos citar: falta de interesse, falta de acompanhamento familiar do estudante, questões relacionadas à saúde mental, o pós-pandemia, dificuldades financeiras, a violência escolar e o bullying, dentre outros.

Diante disso, o/a profissional utiliza de seus instrumentos de trabalho para acompanhar os casos de evasão escolar, além de atuar na prevenção com ações que possibilitem a permanências das crianças e adolescentes nas instituições educacionais, assim viabilizando o direito a educação a todos/as.

1 – SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL

Neste capítulo será abordado, primeiramente, a formação profissional do/a Assistente Social embasado no contexto histórico a partir da década de 1980 e suas mudanças para a formação profissional a fim de compreender os desafios contemporâneos impostos por essa conjuntura. É importante ressaltar o desenvolvimento da profissão na iminência de que se possa abranger o Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho para conceber a sua incorporação e os desafios enfrentados no cenário do capitalismo contemporâneo, que incidem na prática profissional e na sua relevância social. Logo após, tem-se o debate acerca da dimensão ética do trabalho profissional pautado na construção de uma ética que responda às necessidades emergentes da profissão, com base na construção dos Códigos de Ética Profissional.

1.1 - A formação profissional na contemporaneidade e seus desafios

Para falarmos da formação profissional do/a Assistente Social na contemporaneidade faz-se necessário retomar o contexto histórico do Serviço Social na década de 1980 e 1990, momento em que se operam transformações significativas para essa formação, essas modificações desencadearam no panorama em que a então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) introduz sua proposta de revisão do currículo mínimo para a formação universitária em Serviço Social.

Esse novo currículo avançou em meados da década de 1980, conjuntura em que o Serviço Social encontrava-se em transformações na procura de romper com o conservadorismo histórico que perpetuava a profissão, ele é elaborado para que se possa pensar em uma formação profissional de acordo com as mudanças societárias vigentes, mudanças essas que foram vistas no modo de produção e reprodução das relações sociais, que segundo Yamamoto e Carvalho (2013, p. 79) “[...] é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade”.

Dessa forma, entende-se que essa reprodução das relações sociais, afetam todos os âmbitos da vida em sociedade, nas condições de trabalho e no aumento das desigualdades sociais, no meio familiar, nas instituições educacionais, na formação e nas profissões.

A finalidade desse novo currículo era integrar um Serviço Social reflexivo e crítico às universidades já estabelecidas e também propor alternativas que possibilitem o desenvolvimento do trabalho profissional frente às questões impostas nessa década turbulenta, levando em conta que é o momento ao qual a classe trabalhadora estava se reconhecendo e passando a ter consciência do seu papel em sociedade, reivindicando seus direitos, participando junto aos movimentos sociais, nos conselhos e conferências nacionais e nos demais níveis de governo. Para tanto, ocorreram debates importantes na categoria que possibilitaram a realização de discussões sobre o novo currículo na busca de que respondesse às novas demandas que surgiam.

Foi no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor- entre outras manifestações-, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil (IAMAMOTO, 2014, p. 50).

A união popular exigindo seu reconhecimento e sua cooperação ativa através dos movimentos sociais na elaboração de uma nova Constituição Federal para o Brasil foi fundamental para que houvesse mobilização do Serviço Social e que este passasse a questionar as suas práticas políticas, e a debater sobre a ética profissional vinculada aos movimentos sociais no intuito de responder às demandas, dentro das possibilidades profissionais, por meio de seu fazer profissional seja capaz de viabilizar os direitos dessa massa trabalhadora.

É nesse momento que a profissão vai experimentar mudanças significativas para a sua formação, “encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980” (IAMAMOTO, 2014, p. 51), sua aproximação com os movimentos sociais, a luta por democracia e direitos sociais possibilita um novo direcionamento político para o Serviço Social que passa a integrar as reivindicações dessa massa no enfrentamento da crise econômica em vigor.

Ademais, ocorre a aprovação de um novo currículo mínimo para a formação profissional, com o parecer nº 412/82 do Conselho Federal de Educação, do qual aborda dois pontos importantes: área de conhecimento básico e área de conhecimento específico, com base na fundamentação teórico-metodológico e na perspectiva crítica associada à teoria social

de Marx. Dessa forma, modifica-se a percepção da profissão no que se refere às relações sociais e a investigação da realidade na busca de reconhecer o homem como um ser histórico social e a realidade em que se está inserido para que possa intervir.

Assim, a década de 1980 foi crucial para a formação profissional do/a Assistente Social e os avanços vistos refletiram na futura elaboração do Código de Ética Profissional do Assistente Social - CEP de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social de 1993.

Embora o currículo de 1982 marque um novo paradigma no que diz respeito à formação acadêmico-profissional, este traz alguns equívocos que provocaram a necessidade de outra revisão, demonstrando o amadurecimento intelectual gestado no interior da profissão, com o aprofundamento da vinculação ao pensamento da tradição marxiana, e a "empregada" política na defesa dos direitos e da cidadania, que levou a uma atuação profissional cada vez mais voltada para as políticas sociais (CARDOSO, 2016, p. 449).

Adentrando a década de 1990, em vista das exigências contemporâneas no interior da profissão, das transformações societárias com o aprofundamento da globalização, a agudização da questão social e a necessidade de implementar políticas sociais, é um marco fundamental para uma nova revisão do currículo mínimo de 1982. Assim, a ABESS (ABESS/CEDEPSS, p. 4) pensando no estabelecimento de “padrões de qualificação do ensino e de sua universalização no âmbito do Serviço Social encaminha uma nova proposta para o Conselho Nacional de Educação - CNE”.

Após um processo de longas discussões coletivas, em 1996 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS aprova as novas Diretrizes Curriculares, que segundo IAMAMOTO (2014, p.51) “é uma relação de continuidade e ruptura [...]”, pois preserva algumas conquistas obtidas na década de 1980, ao mesmo tempo em que busca a superação de alguns impasses que rondava os profissionais.

Essa nova proposta veio articulada em três núcleos:

1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social: [...] Indica ser necessário ao assistente social o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade [...] (IAMAMOTO, 2014 ,p.72).

Esse primeiro ponto faz referência aos conhecimentos teórico-metodológicos adquiridos durante a formação acadêmica, aos quais são essenciais para que possa conhecer a realidade social em sua totalidade, nos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, ideológicos entre outros, que possibilitem captar a vida social da população no cenário da sociedade burguesa e desenvolver uma análise de forma crítica de como a produção e

reprodução do sistema capitalista incide na questão social e seus reflexos para a vida da população.

No segundo ponto trata sobre o:

2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: [...] remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais [...] (IAMAMOTO, 2014, p.72).

Conhecer a história da sociedade brasileira, sua formação e sua diversidade entre as regiões são outro ponto fundamental para a formação acadêmica, pois a história é formada por sujeitos diversos, com diferentes projetos políticos, inseridos em uma divisão social de classe e propugnadores de movimentos sociais, compreender todo esse processo é essencial para reconhecer a classe trabalhadora como sujeitos políticos importantes para o desenvolvimento da sociedade, como também interpretar a questão social e sua reprodução na coletividade.

O terceiro ponto tem-se o:

3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional: [...] compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado [...] (IAMAMOTO, 2014 ,p.72).

Mediar todos os elementos que constituem a formação profissional do/a Assistente Social é essencial para que os/as profissionais tenham segurança no exercício profissional e compreendam suas atribuições e competências, o estágio supervisionado é uma ferramenta importante para a formação que possibilita a aproximação com o trabalho na prática, dessa forma, para que se possa relacionar teoria e prática e desmistificar no processo de trabalho de que *na prática a teoria é outra*¹ mensagem que é propagada durante o processo de formação em Serviço Social.

Pensar a formação profissional na contemporaneidade é pensar a herança do processo que aconteceu nas últimas quatro décadas e os novos desafios que surgem para a profissão através das alterações na sociedade consequência do capitalismo contemporâneo “[...] o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostos como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225), as

¹ Termo utilizado por Claudia Monica dos Santos, no artigo intitulado “Na prática a teoria é outra?”, que discute acerca da relação entre teoria e prática profissional.

novas faces do capital partindo dos ideais neoliberais, na defesa da intervenção mínima do Estado, na desregulamentação das relações de trabalho, no aumento da exploração do trabalhador, na privatização dos bens socialmente produzidos, nos desmontes das políticas públicas e retirados de direitos da população, tudo isso em escala global, acarreta na "[...] emergência de novas expressões da questão social" (NETTO, 2011, p.160).

Segundo IAMAMOTO (2014, p.172), "como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende da sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda". Desse modo, o(a) assistente social se torna útil para a sociedade através da sua formação teórica-metodológica e técnica-operativa que o torna apto para intervir nas demandas que lhes são impostas através das expressões da questão social que é sua matéria prima de trabalho.

Para tanto, o projeto de formação profissional deve estar atento aos impasses que provém do capital, bem como articular "formação profissional e mercado de trabalho" (IAMAMOTO, 2014, p.171), é pertinente o debate no interior da profissão acerca da formação universitária, relativo ao ensino, pesquisa e extensão, que propicie entender as transformações contemporâneas da sociedade, estabelecendo um diálogo entre teoria e prática profissional em sua totalidade.

Os desafios impostos à profissão, embora contemporâneos, ainda possuem marcas vistas ao longo da sua consolidação, é um entrave superar o conservadorismo que apesar de todo esse extenso processo de transformação ainda está presente na atuação de algumas/alguns Assistentes Sociais, o impasse em relacionar teoria e prática, a confusão em compreender o seu papel em sociedade e sua legitimidade profissional, acarreta em uma formação profissional insuficiente no enfrentamento da questão social.

O/a Assistente Social deve estar preparado visto que,

[...] O exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolam ações rotineiras e decifre realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída (PIANA, 2009, p. 101).

Sobretudo é imprescindível manter-se em conexão com o projeto de classe, em favor da classe trabalhadora na viabilização e defesa dos seus direitos, com potencial de entender suas atribuições e competências profissionais, habilitado para propor projetos, ações, serviços e benefícios que respondam às necessidades da população com respaldo do Código de Ética

Profissional - CEP de 1993, das Diretrizes Curriculares de 1996 e da Lei de Regulamentação que normatiza o exercício profissional, Lei nº 8.662/93.

Em resumo, o processo de formação é contínuo, percebe-se que no decorrer da história o ensino vem sendo reformulado para que atenda às necessidades emergentes da sociedade, buscando sempre a capacitação contínua dos profissionais de acordo com as transformações da sociedade brasileira e as demandas contemporâneas que surgem com elas, assim emerge também a essencialidade de que os profissionais mesmo após a sua graduação manifestem continuidade na busca por conhecimento, em conformidade com a inserção na pesquisa tem-se cada vez mais a busca pela formulação de respostas para os fenômenos sociais em vista da sua constante evolução.

1.2 - O Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho

Esse ponto tem como finalidade compreender o processo de incorporação do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e os desafios enfrentados durante essa inserção. Antes de mais, é relevante destacar que o/a Assistente Social é um/a profissional reconhecido/a e escrito na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentado pela Lei 8.662 de Junho de 1993, que dispõe sobre as competências e atribuições privativas do profissional de Serviço Social.

Segundo Piana (2009, p.87) “O surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução ideologicamente”, ou seja, surge a partir das reivindicações da classe trabalhadora frente às expressões da questão social, demandando respostas por parte do Estado visto como um mediador dos conflitos entre capital e trabalho, ao qual o capital se apropria e o utiliza para controle social.

É essencial compreender que o surgimento do Serviço Social é relacionado à questão social, que segundo Yamamoto:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raízes comuns: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 27).

Nessas relações de força capital-trabalho os bens são socialmente produzidos, mas são divididos de forma desigual, acarretando no empobrecimento de uma parte da sociedade, e simultânea a essa luta da classe trabalhadora por reconhecimento, contra a exploração, a exclusão social, e sua inserção no cenário político, os capitalistas surgem com alternativas para lidar com esse conflito com o intuito de manter a ordem social vigente. . Referência

É nesse processo que o Estado aparece como um conciliador de classes, passando a atuar através de políticas sociais que “[...] são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões da questão social possam atenuar as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.51) dessa forma possa conciliar os conflitos entre capital-trabalho, com soluções imediatas através de concessão e repressão da classe trabalhadora, e a forma como o Estado vai se representar depende do momento e grau de conflitos existentes.

Desse modo, é nessa dinâmica do capital monopolista – onde há o aumento da exploração, a alienação da classe trabalhadora e o desdobramento das desigualdades sociais ocasionada pelas novas formas de expropriação – que tem-se a institucionalização, legitimação e regulamentação da profissão de Serviço Social.

Logo, “[...] a legitimação profissional é localizada no embasamento teórico” (NETTO, 2011, p. 70), no saber da profissão decorrente da sua formação, o que dá significado a sua ação profissional, assim, necessita de uma formação que esteja atenta às mudanças societárias e de profissionais que entendam o seu exercício profissional.

Para Netto (2011, p. 73), “a profissionalização do Serviço Social não é uma continuidade evolutiva da caridade e da filantropia, mas sim, uma ruptura com as mesmas e a sua vinculação à dinâmica do capitalismo monopolista”, à vista disso, o Serviço Social passa a ser reconhecido socialmente e se insere na divisão sócio-técnica do trabalho, uma vez que, “o Serviço Social é indissociável da ordem monopólica - ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2011, p. 74).

Além disso, é nessa dinâmica capitalista que se encontra também “a matéria-prima do trabalho do assistente social [...] encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 100), assim sendo, o/a Assistente Social tem como objeto profissional atuar frente às expressões da questão social para minimizar as desigualdades sociais ocasionadas por ela, na defesa de direitos sociais que possibilitem a dignidade da pessoa humana.

Em conformidade, Guerra (2000) aponta que uma profissão para ser considerada útil ela deve responder às necessidades advindas da sociedade, evidentemente o Serviço Social

passa a ter utilidade social e se incorpora na divisão social do trabalho através da necessidade de um profissional que respondesse às expressões da questão social emergentes no capitalismo monopolista. Assim, “a utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão” (GUERRA, 2000, p. 6).

Para Iamamoto (2010, p. 182) “o Serviço Social é reconhecido como especialização do trabalho, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital”, nessa mesma direção Guerra (2014) afirma que, “o Serviço Social, embora se constituindo em estratégia de enfrentamento do Estado no tratamento das questões sociais e instrumento de contenção das mobilizações populares dos segmentos explorados, tem a sua gênese vinculada à produção desse mesmo segmento populacional” (GUERRA, 2014, p. 210), ou seja, o seu surgimento, sua especialização e necessidade social se dar ao mesmo tempo pelo Estado que é seu empregador para a mediação da questão social e no mesmo molde criasse uma classe que necessita de sua intervenção.

Esse processo de inserção é permeado por desafios para a categoria profissional, a exemplo de formação acadêmica, está na literatura do Serviço Social, pois a sua construção nas últimas décadas não abrangeram o trabalho profissional em sua totalidade, para dar subsídios que ajudem na compreensão do fazer profissional do/a Assistente Social, então a hipótese de Iamamoto é,

[...] a restrita mais fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos do Serviço Social — em suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e éticas — tratou, sob diferentes ângulos, da natureza particular da profissão, na divisão social e técnica do trabalho e sua dimensão ética [...] Entretanto, a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do serviço social e o trabalho profissional cotidiano [...] (IAMAMOTO, 2010, p. 213-214)

Dessa forma, tem-se uma dificuldade de compreender a profissão como parte da divisão sócio-técnica do trabalho, como um profissional que vende a sua força de trabalho é importante para a produção e reprodução das relações sociais, levando em conta um acervo restrito e em construção que pontuem o exercício profissional e as alienações inerentes a esse processo.

Contudo, o processo de trabalho do/a Assistente Social é permeado por conflitos que incidem na sua prática profissional, e vendendo sua força de trabalho está a mercê dos

conflitos que permeiam a sociedade capitalista. Desta forma, um dos desafios enfrentados em relação ao processo de trabalho é,

Só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Assim, o trabalho é fragmentado e fica à mercê das instituições levando em conta que não dispõem de meios e instrumentos que possibilite sua atuação, daí surge a autonomia relativa² do/a Assistente Social, pois possui autonomia para atuar como necessário de acordo com sua formação, porém necessita que a instituição empregadora disponibilize recursos para que essa atuação possa responder às demandas que lhes são impostas no dia a dia.

Dessa forma,

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2010, p. 416)

Encontra-se aí uma dupla tensão, entre seu projeto profissional que assegura a sua atuação prática, de acordo com a sua formação teórica com a liberdade de realizar projeções, ações, que possibilite o desenvolvimento da vida em sociedade e a condição de assalariado ao qual tem que responder às exigências dos empregadores em consonância as condições que lhes são impostas ao mesmo tempo em que responde às demandas dos sujeitos sociais, segundo Iamamoto, “é nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional” (IAMAMOTO, 2010, p. 219), ou seja, são nesses processos que se podem captar as condições e a direção social do trabalho profissional do/a Assistente Social.

Nesse sentido, é através da valoração ética com uma leitura mais ampla da sociedade que se tem a possibilidade de entender e reconhecer a alienação inerente ao trabalho assalariado, Iamamoto (CFESS, 2009, p. 15), ressalta a necessidade de se respaldar no projeto profissional, em seus valores, competências teórico-metodológico e além de se comprometer

² Conceito utilizado por Marilda Villela Iamamoto em seu artigo: Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

com a democratização da vida social, assim, aumenta a autonomia profissional e amplia os seus espaços sócio-ocupacionais.

Para tanto,

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício — como refrações no seu conteúdo e no modo de operá-lo — decorre da relativa autonomia que dispõe o assistente social, respaldada juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária especializada e no código de ética (IAMAMOTO, 2010, p. 254-255).

Assim, a direção social do trabalho profissional do/a Assistente Social está sujeito ao seu entendimento de acordo com sua formação profissional, baseados no código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão, que possibilita a realização do seu trabalho concreto frente às disputas das classes sociais.

Vale destacar que a relação do/a Assistente Social com o sistema capitalista é mediada pelo Estado seu principal empregador, ao qual é o responsável por requisitar sua força de trabalho, como Guerra bem explica em seu livro *A instrumentalidade do Serviço Social*, “ao ter assegurado seu espaço de atuação na implantação dos serviços sociais e assistenciais, o profissional não percebe a posição que concretamente ocupa na divisão social e técnica do trabalho” (GUERRA, 2014, p. 213).

Ou seja, ao não responder diretamente ao capital o profissional não se reconhece em sua condição de trabalhador/a assalariado/a e que não possui os meios de produção, o que ocasiona por ficar presa a uma falsa autonomia que está relacionada apenas a formalidade, mas que na prática sua intervenção está sujeita a essa sua condição de assalariado e para não cair na alienação do sistema capitalista deve-se entender as condições que limitam sua ação, para que então se perceba como parte da classe trabalhadora.

Contudo, no capitalismo contemporâneo “[...] o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostos como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (NETTO; BRAZ, 2006, p.225), essa face contemporânea do capitalismo impulsiona mudanças no mundo do trabalho, na organização da classe trabalhadora, na precarização das condições de trabalho. O/a Assistente Social como parte dessa classe também é atingido por essas novas mudanças,

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de "cooperativas" de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional

privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2011, p. 431)

São mudanças que interferem em todo o contexto do trabalho profissional, a terceirização e a flexibilização na prestação de serviços, passa a exigir dos/as profissionais que se adaptem às novas exigências do capital, o que incide em seus campos de atuação, na retirada de postos de trabalho, nas baixas remunerações, na precarização da sua atuação e na interferência da sua mediação com a classe trabalhadora, a qual sua ação é voltada.

Portanto, compreender o Serviço Social inserido na divisão-sociotécnica do trabalho não é fácil, levando em conta suas particularidades de contradições que são inerentes ao seu estatuto de assalariado e a sua intervenção voltada para um segmento de classe específica, é um desafio projetar as suas particularidades nesse processo dinâmico do capital, para tanto necessita de uma produção literária que abarque as implicações do trabalho no seu projeto profissional e projeto societário.

É fundamental apontarmos para aspectos do tempo presente que refletem imediatamente na divisão social do trabalho: a flexibilização da formação; a ampliação de vagas no ensino privado em detrimento do público; o aligeiramento da formação (cursos mais enxutos); a pretensa democratização da formação através do ensino a distância; a diversidade de modelos formativos a distância que buscam mascarar a precarização do ensino; o esvaziamento dos Núcleos de Fundamentação previstos nas Diretrizes da ABEPSS; o distanciamento da Direção Social Estratégica (1982) reafirmada no Código de Ética Profissional e na Lei que regulamenta a profissão (1993); a restrição do desenvolvimento de um pensamento politizado e crítico; a desvinculação do Projeto Ético-Político construído pela categoria ao longo dos anos, ao projeto societário que coaduna com os interesses da classe trabalhadora (MACIEL, 2022, p. 10-11)

Em resumo, é essencial que a categoria dos/as Assistentes Sociais estejam atentos/as às transformações societárias e suas implicações para a profissão, lutar por uma educação de qualidade de acordo com as diretrizes propostas para a profissão com o viés crítico, ético, teórico e prático, uma educação pública e de qualidade, defender sua direção social com um projeto ético-político que esteja em consonância aos interesses da classe trabalhadora, deve se reconhecer também como parte dessa classe que esta sujeita à dinâmica capitalista, dessa forma, como já enunciado anteriormente e reafirmado deve-se corroborar nos aparatos jurídicos que respaldam os profissionais na sua atuação, para que não se deixe alienar/subordinar as transformações do capital, assim reafirmando a sua importância e legitimação frente à sociedade.

1.3 - A dimensão ética do trabalho profissional: *um debate necessário*

Primeiramente é imprescindível lembrar que as mudanças ocorridas na profissão e na sociedade nas décadas de 1980/1990 como tratado anteriormente foram de extrema importância para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, essas mudanças contribuíram para o debate e produção sobre ética profissional. Neste ponto, pretende-se abordar a reflexão acerca dos rumos éticos da profissão que resultaram na construção do atual Código de Ética Profissional - CEP de 1993.

O ponto de partida para entendermos os rumos éticos da profissão, se inicia na abordagem da construção do Código de Ética Profissional - CEP de 1986 ao qual vinha reformular o Código anterior de 1975, assim, “O Código de 1986 representa um marco para a ruptura ética e ideopolítica do Serviço Social com a perspectiva do neotomismo e também com o funcionalismo, influências tradicionais do Serviço Social até então” (BONETTI et al., 2011, p. 175), seu objetivo era romper com o conservadorismo que ainda rodeava o Serviço Social.

A construção da nova ética profissional foi gerada através de todo o decurso relatado anteriormente, no processo de reformulação do currículo mínimo, de (re)democratização do país, da aproximação da profissão com os movimentos sociais e da busca pela ruptura com o conservadorismo, desse ponto surge os debates coletivo para a formulação do novo Código de Ética para a profissão.

Em resumo as conquistas do CEP de 1986 foram:

O rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desenvolvimento do caráter político da intervenção ética; a explicação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos nos conceitos abstratos de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa de compromisso velado ou explícito com o poder instituído (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48).

O processo de democratização da sociedade brasileira da década de 1980 é refletido nesse novo Código de Ética, propiciando um novo ordenamento político, voltado para a classe trabalhadora na democratização de informações, na defesa dos seus direitos, e não na defesa dos poderes instituídos, é um momento de amadurecimento da profissão que adquire uma nova identidade profissional.

Nesse esforço de reflexão do conteúdo ético do Código de 1986, estão subjacentes valores como: plena emancipação/realização do homem, defesa

da vida humana, de indivíduos sociais detentores de direitos como condição *sine qua non* de cidadania (direitos civis, sociais, políticos, econômicos) e de justiça social (BONETTI et al., 2011, p. 15; grifos do autor).

A ética passa a ter um novo significado para a profissão, o código em consonância com os direitos humanos, assume um compromisso de avanço e ruptura com a ética moral ao qual estava anteriormente presente na sociedade e na profissão, em vista da superação de subordinação dos sujeitos e a reafirmação de seu estado de direito.

Segundo Bonetti et al. (2011, p. 16), o debate ético ganhou proporções em todos as instâncias do Serviço Social, o “Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social - CEDEPSS, a participação da ainda existente Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS, e a Sub-Secretaria de Serviço Social na UNE/SESSUNE, atual Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO”, foram de extrema importância para a propagação do debate em torno da ética em diferentes encontros profissionais, ao qual possibilitou a organização e participação da categoria nas mais diversas conferências.

Na conjuntura dos anos de 1990, todos esses processos de debates e articulações da categoria culminaram para o início da discussão em torno da elaboração de um novo código de ética que levasse em consideração o contexto social contemporâneo, para que esse detivesse os parâmetros que se subsidia às novas demandas profissionais.

O cenário político dessa década é outro, com as transformações societárias vigentes entra-se na era da globalização, da implementação de políticas neoliberais com alterações no mundo do trabalho, desregulamentação das relações sociais e dos direitos sociais, onde “[...] seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56), ocasiona no aumento dos interesses individuais, na defesa de ausência da intervenção do Estado no que se refere à regulação do mercado, modificando assim a economia e a sociedade. Dessa forma, aprofunda-se ainda mais o debate em torno da construção do novo CEP, para o enfrentamento das novas questões que estavam impostas.

Para Barroco e Terra (2012, p. 49) “a emergência da questão ética na cena política brasileira, desencadeada pelo *impeachment*³ do presidente da República, impulsionou o

³ Impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, processado por crime de responsabilidade.

debate ético na sociedade”, assim, esse momento que se passa a discutir sobre ética no meio social propicia o avanço na reflexão sobre ética no meio acadêmico, o que revoluciona o debate nacional acerca da dimensão ética da profissão. Associado a outros debates que estavam em ascensão como, por exemplo, a defesa dos Direitos Humanos - DH ocasiona em um marco importante para a construção futura do novo Código de Ética.

Todavia, é importante tomar cuidado para não confundir o debate ético no meio social com a moralização da vida social, levando em conta que esse é um “[...] comportamento pautado em preconceitos, ganha legitimidade ao ser incorporada socialmente como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”” (BARROCO, 2009, p. 1), ou seja, a ética é pautada em uma base crítica, objetiva e racional de se pensar a realidade social e intervir na sociedade, enquanto a moralização é uma estratégia de enfrentamento da questão social baseada em preconceitos e culpabilização dos/as usuárias em decorrência da sua condição na sociedade.

Levando em conta a moral profissional essa diz respeito a,

Relação entre a ação profissional do indivíduo singular (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral), os sujeitos nela envolvidos (usuários, colegas, etc.) e o produto concreto da intervenção profissional (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.) (BARROCO, 2009, p. 12).

Essa moral pode incidir na prática profissional dos indivíduos em vista de que ela antecede a sua formação profissional, interferindo em seus julgamentos e valores, o que acaba por refletir na vida dos sujeitos aos quais a sua ação é demandada, dessa forma, é necessário que o projeto profissional em conformidade com as dimensões ética e crítica para nortear a ação e o papel social dos profissionais. Nesse sentido, quando é identificado no CEP de 1986 limites e contradições em relação aos valores éticos, amplia o debate sobre a sua superação.

A superação dos limites identificados no CEP de 1986 aconteceu mediante o movimento de apreensão da realidade numa perspectiva de totalidade, em sintonia com o legado teórico-político sobre ética, conquistado na década anterior e com a participação nas lutas sociais (BARROCO; TERRA, 2012, p.12).

A reformulação do novo CEP é pensada para articular a teoria e prática do Serviço Social, em seu conteúdo preserva as conquistas que foram fundamentais para o Serviço Social em relação a sua base teórico-política de formação profissional crítica, ligado aos movimentos sociais e sua identidade de classe, ao mesmo tempo em que inova na busca por uma

identidade profissional, as reflexões éticas construídas até então possuem pontos importantes de continuidade e inovação na construção de um projeto societário libertário.

Dessa forma,

Debater a questão do trabalho é essencial para a profissão, tendo em vista que ao elegermos um projeto ético-político sob bases críticas faz-se necessário compreender a dinâmica dessa profissão, que para a reprodução do capital em todas suas esferas é um elemento base, visto que é por meio do trabalho que o processo de produção se erige e sustenta. (JUNIOR; LARA, 2015, p. 27)

Ou seja, o Projeto Ético-Político crítico para a profissão é de extrema importância, pois possibilita compreender a profissão inserida na dinâmica social de produção e reprodução das relações sociais para que possa responder os tensionamentos que ocorrem entre as duas classes antagônicas proletariado e burguesia, direcionando assim o seu projeto profissional a responder as necessidades da classe trabalhadora na busca de uma nova ordem societária.

Com esse intuito tem-se a formulação do novo Código de Ética Profissional de 1993, que tem como base os “conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional [...]” (BARROCO, 2012, p. 53), aos quais oferecem subsídios para a atuação profissional na defesa da liberdade e da democracia como valor ético central.

Ao se inserir na mediação entre a esfera dos interesses do Estado e das classes dominantes e a esfera dos interesses da classe trabalhadora, o assistente social lida, no seu cotidiano, com a tensão resultante das contradições e divergências que se processam no interior dessa mediação — daí o caráter eminentemente ético-político da sua prática (BONETTI et al., 2011, p. 169).

Nesse sentido, o caráter ético da profissão é resultado de suas mediações práticas entre capital e trabalho, no enfrentamento das expressões da questão social e na viabilização dos direitos da classe trabalhadora, utilizando dos instrumentos que dispõe para possibilitar que essa tenha as suas demandas respondidas, dessa forma, “a profissão de Serviço Social tem fundamentos e mediações éticas e políticas, cujas determinações são dadas pelas demandas que lhes põem [...] e pelas respostas da categoria profissional, em conjunturas específicas” (BARROCO, 2010, p. 219).

Ademais Bonetti (2011, p. 180) ressalta dois pontos importantes da reformulação do CEP, o primeiro é “no sentido de qualificá-lo como referência ético-política [...]”, ou seja, com a finalidade de determinar as prerrogativas do (a) assistente social foi necessário que se estabelecesse os valores que seriam exigidos para toda a categoria de Serviço Social.

Em segundo ponto, "procurou-se, com o intuito de aprimorar e salientar sua dimensão normativa, estabelecer um elenco de regras jurídico-legais" (2011, p. 180), assim, para orientar a sua atuação, a vista de evitar infrações éticas na atuação profissional tem-se um aparato jurídico que possibilite os enfrentamentos de situações que possam ocorrer no ambiente de trabalho do/a Assistente Social.

Como resultado, tem-se a Resolução CFESS n. 273 de 13 de Março de 1993 que institui o novo Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. De acordo com Barroco (2010, p. 206), “[...] o Código de Ética passa a ser uma das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores”. Para tanto ele aborda os princípios fundamentais, os direitos, deveres e as penalidades.

Salientamos que os onze princípios não podem ser analisados e tratados isoladamente, por que foram elaborados dentro de uma lógica que os articula. Então, não procede seccionar os princípios da democracia e da cidadania, nem os da liberdade, do respeito à diversidade, ou do pluralismo, enfim, todos eles (BONETTI et al. 2011, p. 181).

Para tanto, deve-se analisar o Código em sua totalidade articulando os seus princípios, para que se possa compreender a sua harmonia e coerência, em torno da concepção de um projeto ético-político condizente com a realidade e visando uma atuação libertária. Assim sendo os princípios fundamentais são:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 2012, p. 23).

Os três primeiros princípios partem da liberdade como valor ético central da profissão, com base nessa liberdade tem-se a defesa da autonomia dos usuários e a busca por emancipação e expansão dos indivíduos sociais e da classe trabalhadora como um todo, a defesa dos Direitos Humanos e sem abuso de autoridade, dessa forma, possibilitando o pleno desenvolvimento de todos os sujeitos para que esses tenham acesso aos bens socialmente produzidos.

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012, p. 23).

Nesses três princípios tem-se a defesa da democracia, pela igualdade de direitos e acesso aos bens socialmente produzidos, a defesa da universalização de acesso às políticas sociais, é necessário contribuir para que a população usuária entenda esses serviços como um direito, desmistificar o caráter assistencialista das políticas públicas, cabe também a inclusão social de todos os indivíduos e o respeito às suas diversidades.

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as (CFESS, 2012, p. 24).

Nos princípios seguintes tem-se a defesa do pluralismo, do direito de expressão das diferentes correntes e teorias, mas de forma harmônica sem autoritarismo, sempre na busca de aprimoramento dos estudos para responder às demandas, compromisso com luta pela construção de uma nova ordem societária que seja justa em consonância com os movimentos sociais pela luta contra a exploração e o preconceito, sempre na defesa dos trabalhadores em gerais.

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p. 24)

Nos dois últimos princípios tem-se a defesa do compromisso com a qualidade dos serviços que serão prestados e do empenho em melhorar suas qualificações intelectuais para que possa entender e aprimorar suas competências profissionais de forma a contribuir com um melhor desempenho profissional, por fim, é assegurado bem como exigido do profissional o respeito às diferenças e aos direitos de todos de forma ética.

Em suma, o Código de Ética Profissional busca a hegemonia de um projeto ético-político volta para a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos da população e a emancipação política dos mesmos, na construção de uma nova ordem societária que seja livre, justa, igualitária, sem exploração, contra todos os tipos de preconceito e para tanto, é um suporte perante a profissão para que o assistente social tenha fundamentos para responder de forma ética e crítica os desafios que são impostos no cotidiano, a vista de superar a sociedade capitalista.

2 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Esse capítulo iniciara pelo debate acerca da dimensão do trabalho profissional na educação ressaltando as demandas e desafios nesse espaço ocupacional, para tanto tecerá reflexões sobre as mudanças que ocorreram na educação nos últimos anos e como o Estado interferiu nesse processo, o que possibilita posteriormente refletir sobre a inserção do/a Assistente Social no sistema educacional a fim de compreender as demandas que lhes são impostos no cotidiano profissional. Logo após, será abordado o tema evasão escolar como desafio ao Serviço Social, ressaltando um breve contexto histórico do capitalismo para que se possa assimilar a questão social e as suas mais diversas expressões na sociedade, com a finalidade de fazer apontamentos no que se refere à evasão como uma dessas expressões.

2.1 – A dimensão do trabalho profissional na educação: demandas e desafios

Esse ponto tem como finalidade compreender a dimensão do trabalho profissional do/a Assistente Social na política de educação, para tanto tornasse necessário fazer uma abordagem histórica acerca das transformações no sistema educacional e a sua vinculação com o Serviço Social, assim, oportuniza tecer reflexões sobre as demandas e desafios impostas nessa área de atuação.

No que diz respeito ao sistema educacional no Brasil, identifica-se que esse passou por diversas mudanças ao decorrer da sua história, é no período da revolução industrial com as transformações em todos os âmbitos da sociedade, que influenciaram na economia, na política, no meio social, na cultura entre outras, que se tem a interferência direta do Estado na manutenção do ensino, assim, a educação passa a ser objeto direto de intervenção.

As primeiras intervenções do Estado são datadas a partir da década de 1930 no Governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que tinha como objetivo “o estudo e despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930), nesse momento apesar da educação entrar em cena para intervenção estatal ela ainda é vinculada a outra política, não possui um ministério próprio que possibilite o debate e o desenvolvimento da mesma.

O conjunto CFESS-CRESS (2011, p. 5) em sua obra *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação* deixa claro que “a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão”, assim, desde a sua gênese no Brasil a profissão ela se vinculou a essa área, em um primeiro momento aos quais os assuntos relacionados ao ensino não era visto como um direito universal.

Dessa forma, entende-se que a educação foi um dos primeiros campos de atuação do/a Assistente Social, como Amaro (2017, p. 11) bem trás, "apesar de que geralmente se ouve acerca da suposta “juventude” do Serviço Social na educação, de fato não é nova a presença do Serviço Social no cenário educacional”, é um campo que se constrói e se solidifica de forma gradual ao decorrer da história.

Nessa conjuntura a educação passava por diversas mudanças, “entre os anos de 1931 a 1961, foi regulamentado em âmbito nacional as escolas superiores, secundárias e primárias, as quais foram incorporando-se em um crescente ideário pedagógico renovador” (KUJAWA; MARTINS; PATIAS, 2020, p. 191), esses 30 anos refletiram em avanços para o sistema educacional, aos quais através da criação de decretos, documentos, leis e por meio da própria Constituição de 1934, ela passa a ter novos aspectos como, o ensino primário gratuito, a educação como direito de todos, separação e regulamentação dos níveis de ensino, em meio ao processo de profundas mudanças para o cenário político brasileiro na passagem de diversos governos a educação vai ganhando novos status na sociedade.

É importante destacar que em 1953, há a separação do antigo Ministério da Educação e Saúde, através da Lei nº 1.920, no Art. 2º, passa a ser denominado Ministério da Educação e Cultura – MEC e em 1961, inicia-se o debate acerca da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases – LDB, aprovada por meio da Lei nº 4.024 “que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (BRASIL, 1961), assim, a primeira LDB, tinha como princípios assegurar o direito a educação e a liberdade na administração do ensino.

No entanto os períodos de 1964–1985 são marcados por uma ditadura militar, ao qual “deixou heranças para a educação: políticas de escolarização, movimentos sindicais, reivindicações, greves de professores, as várias conferências de educação” (DENTZ; SILVA, 2015, P. 16), esse sistema deixou às suas finais várias sequelas para a sociedade brasileira e em especial para a educação, essas foram refletidas na elevada taxa de analfabetismos que assolou o Brasil pós-ditadura, a dificuldade de acesso ao ensino e a centralização para determinadas camadas da sociedade, mas, ao mesmo tempo os movimentos sindicais e estudantes criam forças para lutar pelo direito a educação.

Logo após, ao fim da ditadura inicia-se o debate pela redemocratização do Brasil e com a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil – CFB, a educação passa ter um destaque especial, no Art. 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em apoio a Constituição é elaborado em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ressaltando no Art. 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996), assim, a educação passa a ser reconhecida como um direito social tem-se novas discussões e um novo olhar para a sua funcionalidade, são estabelecidas normas para todo o sistema, partindo dos princípios da igualdade, liberdade, pluralismo e gratuidade, em que o Estado tem o dever de garantir a educação de maneira efetiva para todos através de políticas públicas que possibilitem esse acesso.

Apesar desses avanços significativos para a educação a conjuntura da década de 1990 no Brasil não foi totalmente favorável para que ela realmente se consolidasse, pois é nesse período que os ideários neoliberais vão interferir e influenciar o sistema educacional, Flach (2012, p. 7) ressalta que,

[...] Muitas escolas brasileiras adentraram num gerenciamento transplantado do modelo empresarial. Inúmeros governos estaduais, sem contar a própria organização da rede privada, investiram em uma organização escolar gerencial em que a eficiência e produtividade passaram a ser as palavras de ordem. Os interesses educacionais estiveram em consonância com os empresariais, priorizando a relação custo-benefício dos investimentos na área da educação.

Dessa maneira a educação foi tomada pela lógica do mercado, o ensino passou a ser voltado para uma aprendizagem custo-benefício visando à eficiência e a produtividade, onde o que importa é formar pessoas para o mercado de trabalho e não seres humanos críticos que pensassem a realidade e a sociedade para além da lógica mercantil, assim priorizando a rede privada de ensino enquanto vai ficando precária os investimentos no setor público.

Diante desse cenário é perceptível que no Brasil a educação sempre passou por diversas disputas de interesse, desde a exclusão, a privatização, a desmontes e cortes das políticas públicas de educação. Uma sociedade capitalista, munida de desigualdades sociais dificulta a universalização da educação, e é nesse processo de desigualdades que se encontram as expressões da questão social que afetam diretamente as instituições.

Dessa forma,

A educação é limitada, controlada e manipulada a uma parcela da população, a uma classe distinta, dominante e detentora dos meios fundamentais de produção, adequando o povo a passividade, para que assim toda uma classe seja submetida a uma condição de existência voltada para a reprodução do modo de produção vigente (RODRIGUES, 2020, p.14).

A educação como conhecemos atualmente é herança de todo esse processo histórico de transformações, sendo utilizada como um recurso pelas classes dominantes, para controle e contingência da população, assim, podendo interferir e decidir quem vai poder usufruí-la e o que será transmitido, voltando o conhecimento para o mercado de trabalho visando o modo de produção capitalista e suas ideologias, e não uma educação libertária, assim, o sistema institucional fica à mercê dos seus projetos e ditames de correção.

É nesse processo que se insere o Serviço Social, que tem na questão social e nas suas mais diversas expressões presentes na sociedade a matéria prima do seu trabalho profissional, assim, é através da aprovação da Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre “a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” (BRASIL, 2019) que o/a Assistente Social tem assegurado a educação como um espaço sócio-ocupacional, essa aprovação é resultados das lutas dos segmentos CFESS-CRESS e ABEPSS e das entidades de trabalhadores/as pelo reconhecimento dos profissionais que atuam na área da educação.

É importante destacar os artigos de que se destacam nessa lei em vista de compreender os seus significados para a profissão, logo no Art. 1º evidenciam que “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (BRASIL, 2019). Compreende-se que o trabalho se dará através de equipes multiprofissionais, as quais utilizaram de seus conhecimentos teórico-metodológicos para desenvolver ações que possibilitem melhorar o processo de ensino e aprendizagem, mediando à relação entre escola e família.

No Art. 2º enfatiza que “os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições” (BRASIL, 2019), apesar da trajetória de conquistas e a própria lei estabelecer um prazo para o seu cumprimento é perceptível que a mesma não entrou em vigor como deveria ser, pois ainda é muito escasso nos municípios a contratação de profissionais da área de Serviço Social na educação básica.

Nessa perspectiva, é que se faz necessário reafirmar a importância do trabalho profissional do/a Assistente Social na educação, para tanto é relevante contemplar as demandas e os desafios que lhes são impostos no cotidiano escolar, e assim assinalar as suas competências e atribuições para que possa nesse contexto enfrentar as expressões da questão social presentes nas instituições educacionais e construir um aparato teórico sobre que possibilite conhecer e socializar essa atuação.

Para tanto, é imprescindível assimilar “que a inserção de profissionais de serviço social nas redes públicas de educação básica, e mais amplamente na política de educação, está no bojo da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado” (CFESS, 2021, p. 37). Assim, se faz necessário na política pública de educação para viabilizar os direitos sociais, buscando a inclusão social, a inserção e permanência de todos os sujeitos de forma gratuita, presencial e com qualidade.

As demandas no âmbito da educação surgem das mais diversas expressões da questão social, podem estar relacionadas a violência, a exclusão social, a evasão escolar, a fome, o desemprego, o ensino desinteressante para os estudantes, a falta de apoio às necessidades pedagógicas específicas de cada sujeito, entre outros, é vital perceber a realidade social em sua totalidade para compreender os fenômenos que estão presentes no âmbito escolar e as possibilidades de enfrentamento das questões presentes no cotidiano.

Destaca-se que a inserção do Serviço Social nas políticas de educação tem o papel de pensar criticamente a realidade, analisar o processo educacional e as expressões da questão social presentes na busca do seu enfrentamento, assim, contribuir para consolidar as relações entre escola, família e sociedade.

Dessa maneira, a educação como um processo contínuo requer que suas demandas sejam respondidas, é compulsório identificar e intervir nas demandas de acordo com as particularidades de cada sujeito e assim, propor ações que visem a inclusão social e o enfrentamento das situações que dificultam o acesso à educação, minimizando as possibilidades de evasão escolar. Para tanto, é primordial defender uma educação que possibilite aos sujeitos a se desenvolverem em todo o seu potencial, com uma educação voltada à construção de pensamentos críticos, à cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

De acordo com Amaro,

Conhecer a comunidade, a política e a conjuntura educacional é essencial no trabalho do assistente social em escolas. Mas, mais que isso, é preciso compreender como são tecidas as redes, os laços, as comunicações e, enfim, as relações e as ações que ocorrem nos espaços escolares (AMARO, 2017, p. 23).

É importante conhecer a sala de aula, o ensino ofertado, mas a autora chama atenção para o entendimento das relações que são estabelecidas entre os sujeitos, o/a Assistente Social deve considerar os espaços em que está inserido/a e as diferentes formas de organização, mantendo-se atento às interações fora de sala, a diversidade apresentada em suas crenças, pensamentos, culturas, sonhos, ideias e etc., visto que é nessa conjuntura que se encontra a maior causa das divergências e conflitos escolares.

Dessa forma, o trabalho profissional é determinado por diversos desafios, a construção e intervenção técnica necessitam e exige mais do/a Assistente Social, de estudos, organização, buscando diálogo, ação e reflexão acerca do enfrentamento das expressões da questão social que transpassam a vida escolar.

Consiste em um desafio pensar o trabalho profissional para além do que já se tem estabelecidos de métodos e técnicas em outras áreas, como saúde e assistência, nesse contexto é essencial os estudos aprofundado da política de educação, a sua inserção na grade curricular dos cursos de Serviço Social para que o debate teórico seja mais aprofundado para que a prática seja ampliada, não se pode pensar apenas como um novo mercado de trabalho profissional, e sim na possibilidade da ampliação de direitos sociais e cidadania dentro de um universo complexo que se encontra a educação.

Nessa perspectiva, é que o Serviço Social busca construir um perfil profissional na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social (PIANA, 2009, p.142).

O/a Assistente Social comprometido/a com sua formação crítica, dialogando com outras áreas de conhecimento, tem a capacidade de apreender a realidade social nas suas mais diversas expressões e particularidades, é nesse sentido que pode contribuir com transformações na sociedade e construir um perfil profissional na educação que o possibilite atuar de forma a construir novas políticas educacionais e enfrentar os fenômenos sociais, econômicos e políticos que interferem na educação.

Nesse processo de aproximação com a política de educação são expressos diversos desafios para a profissão, dentre eles de acordo com Piana (2009, p. 126) em seu artigo *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*, um dos desafios para a profissão é “o desconhecimento da profissão de Serviço Social, bem como as competências e atribuições do assistente social”, desafio percebido no cotidiano da atuação do/a Assistente Social.

Porém, na área de educação é ainda mais agravante, apesar de não ser recente a vinculação dos/as Assistentes Sociais com essa política, ainda não se tem muitas instituições que possuam no seu quadro de funcionários profissionais de Serviço Social, mesmo com a implementação da lei que regulamenta essa inserção é possível identificar no cenário regional os poucos espaços que possuem Assistentes Sociais, atrelado a isso se tem o desconhecimento por parte da sociedade sobre quem são e o que fazem os/as Assistentes Sociais isso muitas vezes acarreta no questionamento sobre a suas competências e relevância social.

Em conformidade, a autora Amaro em seu livro *Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios*, ressaltam cinco pontos que são desafios para os/as Assistentes Sociais inseridos/as na educação, dentre eles vale destacar dois argumentos, o primeiro em relação à categoria tempo e o segundo sobre a construção do plano de trabalho.

Considerando o cotidiano escolar, Amaro (2017, p. 28) aponta que “parece até que tudo é instantâneo, sejam as demandas, os acontecimentos, o surgimento de novos interesses e expectativas, e, principalmente, a necessidade de respostas cada vez mais rápidas”, e isso pode ser um desafio para os/as profissionais acostumados/as a ritmos de trabalho diferente, pois não reconhecem a categoria tempo que nas escolas é relativamente diferente de outros espaços de trabalho, levando em conta a sua dinâmica particular, o que acarreta na fragmentação da ação profissional que precisa pensar de forma mais objetiva e rápido possível, mas sem perder a perspectiva das experiências individuais e coletivas na construção de um novo processo educativo.

No que diz respeito à construção de um plano de trabalho a autora vem mostrando que, o desafio está no “[...] esboço ou sistematização de um roteiro de prioridades e estratégias, dispostos num cronograma, cuja finalidade não é outra senão um planejamento estratégico do trabalho profissional naquele locus educacional” (AMARO, 2017, p. 32), essa construção deve ser elaborada, pensando no momento ao qual está inserido e que detalhe ações, projetos, intervenções que possam atender de forma imediata ao mesmo tempo em que continua as necessidades impostas no cotidiano, para tanto necessita do/a profissional utilize de seus conhecimentos teórico-metodológicos que possibilite essa construção.

Esses dois desafios estão relacionados, por que quando se pensa na dinâmica escolar, na especificidade de tempo e na rapidez de mudanças nesse ambiente, o plano de trabalho também deve ser reflexo e acompanhamento dessas mudanças, pois a construção de um plano de ação deve atender as demandas individuais e coletivas, e quando esse processo não responde ao ritmo acelerado das instituições suprime e fragmenta a atuação profissional.

Dessa forma, cabe ao profissional conhecer a política de educação, conhecer as suas prerrogativas profissionais para que possa legitimar a sua atuação frente às demandas que lhes são impostas nesse “novo” campo de trabalho. Em vista disso, é importante considerar quais são as competências e atribuições do/a Assistente Social e seu papel para a sociedade.

Em consonância com o CFESS (2023) em Diálogos do cotidiano – Assistente social: Reflexões sobre o trabalho profissional, no caderno quatro, ao qual retrata o Serviço Social na educação, afirmar que o Serviço Social pode contribuir para o reconhecimento das mais diversas realidades sociais, o que lhe possibilita propor alternativas para enfrentar as questões que são vivenciadas pelas crianças e adolescentes, que refletem no seu processo de enfrentamento da vida escolar.

Em vista do trabalho profissional e suas respostas para as demandas institucionais, é fundamental pontuar que suas atribuições e competências são orientadas pelos princípios de direitos e deveres do *Código de Ética Profissional* de 1993 (CEP), da *Lei de Regulamentação da Profissão* (Lei 8.662/1993), e pelas *Diretrizes Curriculares da ABEPSS* (1996), neles são situados todos os direitos e deveres do/a Assistente Social perante a instituição, aos usuários e outros profissionais.

Dessa forma, a atuação do/a Assistente Social em conformidade a esses princípios “[...] busca a inclusão social e a participação das classes subalternas, por meio de formas alternativas e estratégias de ação” (PIANA, 2009, p.86), e seu trabalho “consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania” (PIANA, 2009, p. 126).

O CFESS (2001) no seu artigo *Serviço Social na educação*, cita que o/a profissional pode proporcionar os devidos encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais, que muitas vezes são necessários aos alunos da rede pública, que enfrenta dificuldades que vão do financeiro à saúde, a qual necessita de intervenção. Assim, é fundamental um trabalho em rede para que as necessidades dos sujeitos sejam atendidas coletiva e individualmente, visando o seu pleno desenvolvimento.

Algumas atribuições do/a Assistente Social na rede de educação segundo o CFESS (2021, p.37) é, “[...] contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola”, viabilizar o direito a educação é primordial para o trabalho profissional, a fim de que os estudantes tenham uma formação de qualidade e se desenvolvam para participar de forma ativa na sociedade.

Ademais, é imprescindível “[...] participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação” (CFESS, 2021, p. 37), articular conhecimento e a realidade social é primordial para a elaboração de políticas públicas que respondam às novas demandas que estão surgindo na sociedade. Como também, “[...] assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais” (CFESS, 2021, p. 37) democratizando os programas e serviços educacionais.

Além disso, o CFESS aponta como atribuição, “[...] contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola” (CFESS, 2021, p. 37). Trazer as famílias e a comunidade para escola faz-se necessário para um trabalho em conjunto de modo que as famílias possam conhecer e entender o ambiente institucional, possibilitando o aperfeiçoamento dessas relações que têm reflexos na permanência dos alunos nas instituições.

Assim, para que a escola tenha pleno desenvolvimento ela precisa estar articulada com outras políticas sociais, deve-se articular com a seguridade social, saúde, a assistência e proteção social, segurança pública, programas sócio educacionais entre outros, para que o trabalho seja efetuado de forma que garanta o acesso à educação a todos deve se articular um trabalho multidisciplinar e Intersetorial.

Diante do exposto, o Serviço Social não só contribui com uma educação de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas também deve apreender a realidade institucional e local em que está inserido, propor-se a alcançar famílias e estudantes para o debate sobre a importância da inclusão social, voltada ao acesso e permanência dos discentes na educação, promovendo as relações dentro e fora da escola.

2.2 – A evasão escolar como uma expressão da questão social

Para analisarmos a evasão escolar como uma expressão da questão social é primordial contextualizar brevemente o sistema capitalista e seu processo de acumulação para que a gênese da questão social seja situada e compreendida no meio desse movimento e assim visualizar seus impactos na educação.

No que tange o sistema capitalista no decorrer da história passou por diversas fases até chegar a sua consolidação, passando do capitalismo comercial, capitalismo industrial, até o capitalismo financeiro/monopolista, foi na fase comercial que se inicia a acumulação primitiva do capital, nada mais é do que “[...] o processo histórico de separação entre produtor

e meio de produção” (MARX, 1996, p.340) é primitiva porque “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal” (MARX, 1996, p.340).

No Brasil em particular, o processo de colonização serviu de “[...] acumulação originária do capital” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.72) com a produção voltada para exportação, o longo histórico de escravidão, o desenvolvimento desigual da sociedade entre outros fatores, contribuiu para o processo gradativo de acumulação capitalista que tem reflexos nas condições e relações sociais atuais.

É nesse conflito que a questão social tem sua gênese, nas contradições das relações sociais capitalistas e no modo de produção e reprodução das relações sociais, “vale ressaltar que, quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico, sendo a questão social uma inflexão desse processo, trata-se da produção e reprodução [...] de condições de vida, de cultura e produção de riqueza” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 52).

Nessa direção, a questão social e suas mais diversas expressões fruto das desigualdades geradas pelo sistema capitalista impactam em todas as áreas da sociedade e na educação não seria diferente, como parte constituinte da comunidade está inserida nos conflitos de ordem econômica, política, cultural e social, é na junção desses conflitos que as expressões da questão social podem ser visualizadas nas instituições educacionais.

Amaro afirma que:

As escolas têm sido diretamente impactadas pela questão social, caudatárias da cronificação social e dos históricos erros institucionais e governamentais resultantes de políticas públicas equivocadas ou ineficientes, trazendo para o meio escolar ressonância de cenas e situações cuja expressão nas comunidades e na sociedade já são conhecidas (AMARO, 2017, p.42).

Esses impactos são agravados quando os erros institucionais e governamentais com suas políticas públicas ineficientes que não resolvem realmente os fenômenos que rodeiam as instituições, que agravam ainda mais situações que segregam o ensino provoca o aumento do quadro de exclusão social e de violação de direitos dentro do âmbito educacional.

Quando essas expressões são revestidas de evasão escolar, impactam na vida dos sujeitos que por diversos fatores passam a não ter condições de permanecer na escola, ficando impossibilitado de acessar aos direitos sociais básicos, é nessa direção que a evasão escolar torna-se uma expressão da questão social.

Assim, fica evidente que a evasão não é um ato isolado, constituem-se através outros fatores, que são frutos das mais diversas expressões da questão social das quais pode se

relacionar com a gravidez na adolescência, o ensino desinteressante, o *bullying*, vale destacar casos em que esse é revestido por preconceitos e racismo, ao qual muitas vezes não são evidenciados, mas que contribuem para que as crianças e adolescentes não queiram voltar às escolas, a falta de acesso aos serviços de saúde e assistência estudantil, as questões financeiras, a violência doméstica, tudo isso transita entre o ambiente escolar, familiar e comunitário.

Nessa direção, a questão fundamental refere-se à compreensão da questão social e seus rebatimentos na sociedade para que se possa visualizar esse processo de exclusão, as particularidades e necessidades dos sujeitos que a vivenciam, vinculando a evasão escolar como uma das expressões da questão social e como tal necessita de esforço para ser conhecida em sua totalidade tanto os fatores internos como externos, com o propósito de ultrapassar o histórico de naturalização desse fenômeno que a muito tempo perpetua as instituições escolares em todo o território nacional.

2.3 – Desvelando a realidade do trabalho profissional frente à evasão escolar: *resultados da pesquisa*

A evasão escolar é uma temática gradualmente mais presente nas discussões realizadas pelo Estado e pela sociedade, ao qual tem se preocupado com maior intensidade em manter as crianças e adolescentes no ambiente escolar, para tanto, é notável o aumento considerável de pesquisas científicas em torno dos possíveis fatores que contribuem para a evasão escolar para que se possam buscar alternativas de enfrentamento através de políticas públicas que possibilitem o acesso e a permanência de todos os sujeitos.

Logo, com a finalidade de compreender a evasão escolar e o trabalho profissional do/a Assistente Social frente a esse fenômeno, foi realizada uma pesquisa em um município⁴ no alto sertão do Estado da Paraíba, tendo em vista ser a cidade que possui profissional de nível superior em Serviço Social atuante na educação, atendendo o que dispõe a Lei Federal nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019.

Para tanto, foi aplicado uma entrevista semiestruturada que possibilitou seguir um roteiro pré-estabelecido contendo 8 (Oito) perguntas que viabilizou uma flexibilização ao tempo que manteve o foco da entrevista, com o objetivo de coletar dados qualitativos de

⁴ Optamos pela não identificação do município a fim de dificultar a identificação do sujeito da pesquisa.

maior interesse para a pesquisa. Nesta técnica, recorreremos à (RICHARDSON, 2014, p. 208:209) ao afirmar que,

1) Obter informações do entrevistado, seja de fato que ele conhece, seja de seu comportamento. 2) Conhecer a opinião do entrevistado, explorar suas atividades e motivações. 3) Mudar opiniões ou atitudes, modificar comportamentos. Por exemplo, o caso de uma criança difícil. 4) Tratar de um problema comum: discutir uma decisão a ser tomada conjuntamente, estabelecer um plano de trabalho ou resolver um problema pessoal pendente entre duas pessoas. 5) Avaliar a capacidade do entrevistado, visando à sua orientação ou seleção. Por exemplo, um exame oral.

Assim, o emprego desta técnica possibilitou captar os elementos ideológicos, políticos, culturais, comportamentais e sociais dos sujeitos da pesquisa, possibilitando uma análise que leva em consideração os valores presentes durante o ato da entrevista, garantido, assim, maior fidedignidade às análises, ainda em relação à técnica, foi utilizado gravador para possibilitar uma melhor articulação com o/a entrevistado/a.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, com o parecer de nº 6.037.421, o que possibilitou a realização da entrevista, foi apresentado ao/a entrevistado/a o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, através deste foi autorizado à gravação e posterior uso dos dados obtidos com ele/a. A entrevista foi realizada no dia 15/05/2023 pelo turno da tarde, com duração em média de nove minutos.

Vale destacar que a pesquisa foi realizada com um/a profissional atuante no espaço educacional, tendo em vista que são poucos os/as profissionais inseridos/as atualmente na educação, dessa forma, para que não aja a sua identificação ele/a será tratado como entrevistado/a.

Assim, no que se refere à entrevista, quando questionado/a sobre o que entende sobre o tema evasão escolar o/a entrevistado/a colocou que:

É, a questão da evasão escolar é um problema social crescente no que se refere aos estudos do aluno, ocorre quando o aluno ele deixa a escola por motivos internos e externos, isso acontece com os alunos do ensino fundamental 1 e 2 e o assistente social ele trabalha, é, em cima dessa questão da evasão escolar para tentar trazer, resgatar esse aluno (Entrevistado/a).

Em consonância a esse relato Queiroz traz que “de maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir de fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos” (2002, p.3-4), dessa forma, a análise é que não só os fatores externos que vão incidir na educação e ocasionar a evasão escolar, os fatores internos do próprio sistema educacional das escolas contribuem também para que isso aconteça.

São nesses contextos de fatores externos e internos que são identificados as questões que contribuem para a evasão escolar, ao quais de acordo com a experiência do/a entrevistado/a:

[...] o primeiro é a falta de interesse [...] a base familiar ela contribui sim, muito, pra da um empurrãozinho nesse, alunado pra ele da continuidade ao estudo [...] depois vem os problemas psicológicos por que nos acabamos de vim dum pós-pandemia vem muito desinteresse nos estudos [...] (Entrevistado/a).

O contexto do pós-pandemia é citado como um dos fatores para a evasão escolar, como se sabe a educação passou por diversas mudanças e desafios durante esse período e com a retomada das aulas presenciais a escola sentiu novos impactos, observado em um adoecimento psicológico dos estudantes, a família afastada da escola o que acaba por contribuir que os estudantes demonstrem cada vez menos interesse pelos estudos, vale destacar que a ênfase esta na participação familiar no que se refere o acompanhamento do processo educacional desses alunos.

A família é um fator comum no entendimento das possíveis causas da evasão escolar, Soares et al. em seu artigo intitulado de *Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais*, aponta que são,

[...] Três aspectos familiares: 1) a estrutura (se tradicional ou monoparental, por exemplo) e mudanças nessa estrutura familiar (como a separação dos pais) ao longo do processo escolar; 2) a renda e outros recursos familiares; e 3) o capital social (como altas expectativas educacionais, acompanhamento do progresso escolar dos filhos e a participação na vida escolar dos filhos) [...] (SOARES et al., 2015, p. 759).

É perceptível que a família entra como um fator central, e essa não é uma característica unicamente local ou regional, é um aspecto nacional que merece atenção, pois da mesma forma que ela pode esta inserida no ambiente escolar e influência na continuação dos estudos, a sua falta de participação pode gerar um efeito negativo e carretar no abandono e na evasão escolar, dessa forma, conhecer a realidade do sistema educacional e das características regionais ao qual a escola está inserida em sua totalidade levando em conta o contexto familiar, cultural, político, econômico e social é fundamental para que o/a Assistente Social possa buscar formas de enfrentamento desse fenômeno social.

Em continuidade, outros fatores apontados pela/o entrevistado/a foram:

[...] as dificuldades financeira também contribui, a perda da autonomia da família, é deixando o poder de decisões nas mãos dos dos mesmo, por que

muitas vezes os pais [...] perde essa autonomia e o filho fica a mercê disso, eles mesmo que tomam as decisões deles, e também temos a violência escolar, que é o bullying, o bullying muitas vezes ele causa essa evasão escolar (Entrevistado/a).

Assim, a dificuldade financeira é um destaque importante e os fatores internos apontados nesse momento tem o bullying como uns dos principais ocasionadores da evasão escolar, a vista disso, é diversa os fatores que interferem no âmbito escolar perceptível nas mais diversas expressões da questão social que são vivenciadas pelos estudantes no dia a dia sejam dentro da escola seja no ambiente familiar que irão refletir em seu desempenho acadêmico e em consequência na sua permanência na escola.

Logo, o trabalho profissional do/a Assistente Social é de extrema importância para atuar frente a esses fatores, assim, é importante destacar o processo de trabalho nos casos de evasão escolar, segundo o/a entrevistado/a é:

[...] esse processo é um processo de imediato a gente enquanto assistente social a gente já deixa bem claro para os professores e a direção, faltou uma vez, faltou duas vezes, faltou três vezes a gente já faz a busca ativa desse aluno pra que ele volte a escola [...] ai a gente intervém com visitas domiciliares, com acolhimento, é encaminhamentos muitas vezes quando ele diz que não que mais é a gente encaminha, pode ser, por um problema psicológico ai a gente encaminha pra um atendimento clinico a gente encaminha pra um CAPS por que muitas vezes a gente encontra alunos adoecidos (Entrevistado/a).

É importante a fala do/a entrevistado/a, pois demonstra que o trabalho na educação em torno da evasão escolar não é individual faz parte de um esforço coletivo, de um processo multidisciplinar em que toda a rede escolar deve estar em conjunto para o enfrentamento dessa questão, com a participação dos professores e da direção para que haja um acompanhamento contínuo desses casos, através de visitas domiciliares, encaminhamentos intersetoriais, tudo depende de quais os fatores que foram identificados como os causadores da evasão escolar.

Podemos identificar também o que Amaro denominou de “categoria tempo” (2017, p. 26), onde as respostas aos processos que ocorrem nas instituições tem que ser resolvida de forma imediata, não se pode esperar pra tomar uma atitude em relação à falta dos estudantes, pois a escola é um ambiente que está em constante mudança e a espera em responder as demandas vigentes pode ocasionar em um agravamento e no surgimento de outras questões, dessa forma, impossibilitando a volta do aluno à instituição escolar.

Assim, esse acompanhamento domiciliar é de extrema importância para que o/a profissional possa conhecer a realidade individual de cada estudante e suas famílias para que possa compreender os rebatimentos no coletivo dentro da escola, mas também é imprescindível que, “[...] a disposição para conhecer a totalidade da vida dos sujeitos que

convivem no ambiente escolar deve vir acompanhado de uma atitude de não julgamento, ética social e efetivo interesse em apoiar o desenvolvimento de cada sujeito e, por conseguinte, da comunidade escolar” (AMARO, 2017, p. 44).

Ou seja, a ética no tratamento da evasão escolar é fundamental, em vista de que são as mais diversas expressões da questão social que a engendram, o profissional deve atuar em consonância com o Código de Ética Profissional, não levar para dentro do ambiente escolar ou familiar dos sujeitos os seus preconceitos e suas crenças individuais, pois o que está sendo posto é a superação das condições individuais e/ou coletivas que foram impostas, assim o projeto ético-político deve ser a base para a atuação profissional.

No que concerne aos instrumentos de trabalho a resposta foi:

São vários, como eu já falei, a primeira instrumentalidade que a gente trabalha é a visita domiciliar, o acolhimento, as orientações, as informações, depois a gente, eu tenho uma ficha de atendimento do aluno, ficha de atendimento aos pais, a ficha de visita domiciliar, por que, porque tudo tem que ser registrado, nos também temos uma ata de registro de trabalho tudo que a gente faz a gente registra tudo, toda intervenção [...] que isso é uma instrumentalidade do serviço social, dentro da educação (Entrevistado/a).

Aqui é identificado que para a ação profissional na educação os/as Assistentes Sociais possuem documentos específicos que subsidiem a sua atuação, como bem é citado, as fichas de atendimento do aluno, ficha de atendimento dos pais, ficha de visita domiciliar, aos quais é registrado o acompanhamento feito com o estudante e também com a família, para que dessa forma possam ser identificados em cada caso os possíveis fatores da evasão escolar e posteriormente seja considerado a melhor forma de proceder diante dos casos.

Porém, o trabalho não está restrito apenas a concreta evasão escolar, é também pensada no que antecede esse processo, inserido diariamente no âmbito escolar o/a Assistente Social tem como demanda atuar frente à prevenção para que não haja a evasão, em vista disso, quando perguntado ao entrevistado/a sobre o trabalho feito para manter os/as alunos na escola antes que abandonem os estudos, a resposta foi:

[...] o assistente social, ele trabalha muito dentro do ambiente escolar com programas, projetos, campanhas é atuando [...] desde o início do ano pra [...] incentivando esse aluno pra que ele não evada, levando informações, levando orientações muitas vezes a gente traz a família pra dentro da escola pra da mais incentivo a eles e trabalhamos também com, é acolhimento desses alunos, orientações, acompanhamento, encaminhamento, tudo isso é, faz parte desse trabalho do assistente social (Entrevistado/a).

Então, diante das informações apresentada, nota-se que a ação profissional está voltada a programas, projetos e campanhas que conscientize os estudantes sobre a importância

da educação, atuado também para trazer à família a escola como intuito de que juntos possam contribuir para que o direito a educação seja viabilizado para todos, acolhendo os estudantes e incluindo-os no ambiente escolar de acordo com suas necessidades.

Em conformidade, Amaro aponta que, “o dialogo, o debate e a participação da família na escola, em razão dos ideais democráticos assumidos pelo Serviço Social [...] tornam-se indispensáveis ao trabalho social” (2017, p. 13), é fundamental que a família esteja presente na escola, no acompanhamento os estudantes, para tanto o/a Assistente Social é essencial nesse dialogo, pois a intervenção profissional é de suma importância na mobilização familiar e na sua (re) inserção na comunidade escolar.

Nessa direção, a questão colocada foi referente aos desafios enfrentados pelo/a Assistente Social no ambiente escolar, o que foi respondido:

[...] O desafio maior que o assistente social encontra é na evasão escolar é a colaboração da família por que muitas vezes a família ela não colabora no que se refere à evasão escolar como eu falei anteriormente a gente encontra a falta de autonomia da família com a criança e o adolescente, isso tem dificultado muito e a falta de interesse, é problemas, é psicológico, problema financeiros, a violência escolar tudo isso é um desafio enorme para os Assistentes Sociais trabalhar em frente, no enfrentamento da evasão escolar (Entrevistado/a).

Conforme exposto, são perceptíveis os fatores em comum da evasão escolar, a saúde mental dos estudantes, a questão financeira, a violência no ambiente escolar, como já citado anteriormente a exemplo do *bullying*, são desafios para o trabalho profissional porque são através desses fenômenos que se ocasiona a evasão escolar.

Diante do exposto, é um desafio o trabalho na educação, o/a profissional inserido nesse espaço relativamente “novo” tem que demonstrar a sua importância e relevância para esse âmbito, sobretudo, para os usuários no que se refere ao processo de trabalho em relação às visitas domiciliares, além de que uma parcela dos profissionais desqualifica o/a Assistente Social como importante para esse espaço e não entendem a importância da sua ação no que se refere à evasão escolar, por essa razão é importante que o profissional tenha como base os documentos legais⁵ que reafirma a sua importância e seu espaço profissional na educação.

Nessa perspectiva, através da análise das respostas obtidas tem-se um quadro geral de como se concretiza o trabalho profissional dentro da educação, sobretudo frente à evasão escolar levando em conta seu enfrentamento. Mediante a fala do/a entrevistado/a, em sua perspectiva e experiência profissional foi identificado que os fatores que podem contribuir

⁵ Lei 13.935/2019 que garante a Psicologia e o Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

com a evasão escolar estão relacionados à: falta de interesse, falta de acompanhamento familiar do estudante, questões relacionadas a saúde mental, o pós-pandemia, dificuldades financeiras, a violência escolar e o *bullying*, estão relacionados entre si e nas causas da evasão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi debatido anteriormente, tem-se a compreensão do trabalho profissional do/a Assistente Social inserido/a na educação, bem como os desafios enfrentados durante esse processo em especial frente à evasão escolar, evidenciando a necessidade de que o/a profissional inserido nessa política social reconheça e interprete a realidade institucional em que esta inserido/a, a fim de que conheça as suas demandas e atribuições, para que posteriormente possa propor ações que possibilitem enfrentar os desafios que lhes são impostas a partir das mais diversas expressões da questão social.

Para tanto, é necessário que o profissional tenha uma formação teórico-metodológica fundamentada em uma perspectiva crítica que possibilite a sua percepção acerca dessa realidade nos seus mais diversos aspectos, sejam eles econômicos, políticos, sociais, culturais, entre outros, que incidem no cotidiano da vida escolar, é através de seus instrumentos de trabalho e de sua prática profissional com respaldo no Código de Ética que o/a Assistente Social tem possibilidades de atuar na educação frente à evasão escolar.

Em relação ao/a Assistente Social na educação, verificamos que não é um espaço recente de atuação, pois desde a gênese do Serviço Social a profissão se liga a essa política, porém legalmente esse espaço só reconhecido a partir de 2019 com a lei nº 13.935, ainda assim mesmo com a lei em vigência é um espaço que ainda está em aberto, sendo identificados poucos profissionais atuantes nessa área, dessa forma, é necessária que o debate acerca da importância e inserção desses/as profissionais seja ainda mais intensificado para que assim a lei seja cumprida.

Diante disso, o trabalho profissional enfrenta diversos desafios aos quais consiste em construir intervenções que respondam as necessidades e demandas dos usuários e das instituições empregadoras, levando em conta o pouco aparato teórico para atuação na educação, elaborar ações que possibilitem o enfrentamento das expressões da questão social que incidem no ambiente escolar como a evasão escolar, compreender a educação para além do ensino em sala de aula e interpretar as relações que ocorrem nesse meio, interligando

família, os estudantes, professores e sociedade para que haja ampliação de direitos, são desafios recorrentes e que necessitam ser enfrentados.

Dessa forma no diz respeito à evasão escolar é perceptível sua correlação com as mais diversas expressões da questão social aos quais são frutos das desigualdades eminentes do sistema capitalista que incidem na educação e se transformam em evasão escolar, dessa maneira, se transformando em um desafio ao trabalho dos/as Assistentes Sociais.

Dos fatores observados que contribuem para a evasão escolar, podemos citar: a falta de interesse, onde os estudantes muitas vezes desmotivados com o formato de ensino escolhem abandonar os estudos por acharem desinteressante, a falta de acompanhamento familiar do estudante, o que ressalta a necessidade de trazer as famílias para o ambiente escolar para potencializar a relação entre família, escola e sociedade.

Questões relacionadas à saúde mental e o pós-pandemia também esta relacionada, pois esse momento de volta as aulas presenciais de forma abrupta ocasionou no abandono da escola por parte dos estudantes aos quais estavam acostumadas ao sistema de ensino remoto, dificuldades financeiras aparece como outro fator, levando em conta o contexto de crise econômica atual há casos de jovens que por necessidades econômicas precisam trabalhar, a violência escolar e o bullying, são dois fatores que estão relacionados e contribuem para a evasão escolar.

Os/as profissionais, frente a essa demanda, trabalham na perspectiva de prevenção para que a evasão escolar não se concretize, para tanto eles utilizam de seus instrumentos de trabalho, da sua formação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo para elaborar programas, projetos, campanhas, entre outros, que possibilitem dialogar sobre o assunto e conscientizar estudantes e família sobre a importância da educação. Atua também frente à inserção das famílias no ambiente escolar com o intuito de que o trabalho seja realizado de forma coletiva com a participação da família, da escola e da sociedade no que se refere à defesa do direito a educação.

Para tanto, o/a Assistente Social pode contribuir para que a educação seja viabilizada para todos, buscando famílias e comunidades para o debate e conhecimento do ambiente institucional para além de reuniões mensais, o que possibilita aperfeiçoar as relações entre os mais diferentes grupos sociais, a vista de desenvolver uma educação inclusiva e permanente.

É interessante ressaltar que os fenômenos identificados e apontados na pesquisa estão de acordo com as percepções e apreensões do cotidiano e das experiências de trabalho do/a Assistente Social, e das pesquisas bibliográficas, porém esses não se restringem e nem se resumem exclusivamente aos fatores identificados no cenário atual das instituições escolares,

é a partir dessas concepções que se pode buscar o aprofundamento do debate e desvelar a realidade das instituições educacionais as quais é um campo vasto para o trabalho profissional.

Diante disso é imprescindível a compreensão dos fatores que contribuem com a evasão escolar e sobre o trabalho do/a Assistente Social frente a esse fenômeno levando em conta as atribuições e competências profissionais, reafirmando a sua importância e legitimidade nessa área de atuação, tendo em vista que o direito a educação deve ser efetivado e garantido pelo Estado é fundamental reconhecer as dificuldades que permeiam esse ambiente e buscar possibilidades que suceda a superação dos desafios e ampliação dos direitos para que todos/as usufruam de uma educação inclusiva.

Em suma, através dessa pesquisa buscamos compreender realidade do trabalho do/a Assistente Social suas demandas e desafios frente à evasão escolar, com o intuito de identificar os fatores que colaboram para esse fenômeno, a fim de que a sociedade conheça o trabalho do/a Assistente Social inserido nesse campo de atuação e a importância desses/as profissionais aos quais contribuem com uma educação gratuita e de qualidade. O debate não se encerra nesse trabalho tendo em vista que ainda se tem muito a conhecer sobre a realidade profissional nas mais diversas instituições educacionais, esse é o ponto inicial para gerar novos debates acerca do trabalho profissional e da área educacional como um todo.

REFERÊNCIAS:

ABESS/CEDEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro Novembro de 1996. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: Abr. 2023.

AMARO, Sarita. Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis- RJ, Vozes, 2017.

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética: fundamentos sócio-históricos.-3. ed. - São Paulo: Cortez, 2010. — (Biblioteca básica de serviço social; v.4).

BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado; Conselho Federal de Serviço Social-CFESS,(organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. -9. ed.- São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 2).

BONETTI, Dilsea Adeodata (org.)...[et al.]. Serviço Social e ética: convite a uma práxis. - 12. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição Federal (1988), Capítulo III, seção I- Da educação, art. 205. Disponível em: <[Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: Mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930 - Publicação Original. Diário oficial da União. Brasília- DF. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados.camara.leg.br)>. Acesso em: Abr. de 2023.

BRASIL. Lei nº 1.920, de 25 de Julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras províncias. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1953; 132º da Independência e 65º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm>. Acesso em: Mai. de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993. Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social. Disponível em: <[L8662 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm)>. Acesso em: Abr. de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: Mai. de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <[L9394 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: Mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 11 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/113935.htm>. Acesso em: Mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conheça a história da educação brasileira. Brasília- DF. Disponível em: <[Conheça a história da educação brasileira - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://Conheça a história da educação brasileira - Ministério da Educação (mec.gov.br))>. Acesso em: Mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ante-projeto de reforma curricular. Parecer nº412/82 Conselho Federal de Educação. Aprovado em 05 de ago. de 1982. Disponível em: <[Microsoft Word - 412-1982 \(dominiopublico.gov.br\)](http://Microsoft Word - 412-1982 (dominiopublico.gov.br))>. Acesso em: Abr. de 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em: <SciELO - Brasil - 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo>. Acesso em: Abr. de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <CEP CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: Abr. de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO 93 Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, 13 de março de 1993. Disponível em: <[CEP 1993.pdf \(cfess.org.br\)](http://CEP 1993.pdf (cfess.org.br))>. Acesso em: Abr. de 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do conjunto CFESS/CRESS: elementos e desafios para a categoria profissional. SER Social, Brasília, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012. Disponível em: <[Vista do A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS \(unb.br\)](http://Vista do A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS (unb.br))>. Acesso em: Abr. de 2023.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para atuação de Assistentes sociais na política de educação Brasília, DF: CFESS/CRESS, 2011. GT Serviço Social na Educação. Disponível em: <[CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL \(cfess.org.br\)](http://CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (cfess.org.br))>. Acesso em: Mai. de 2023.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021. 50 p.; 21 cm. Disponível em: <[ASePSInaEducacaoBasica-VS2021.pdf \(cfess.org.br\)](http://ASePSInaEducacaoBasica-VS2021.pdf (cfess.org.br))>. Acesso em: Mar. de 2023.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Serviço social na educação (2001). Brasília- DF. Set. de 2001. Disponível em: <[SS na Educacao\(2001\).pdf \(cfess.org.br\)](http://SS na Educacao(2001).pdf (cfess.org.br))>. Acesso em: Mar. 2023.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Diálogos do cotidiano – Assistente social Reflexões sobre o trabalho profissional. CADERNO 4- Brasília (DF), 2023. Disponível em: <CFESS - Conselho Federal de Serviço Social>. Acesso em: Mai. 2023.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5JGhKMMx6hHsvdvnDF7Y4c/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: Mai. De 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. -6. Ed. -2. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2019.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. - 10. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais: módulo 4. Brasília: CEAD, 2000. Disponível em: <[A INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL \(uel.br\)](#)>. Acesso em: Abr. de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <[LIVRO COMPLETO CFESS Serviço Social Direitos Sociais e Competencias Profissionais 2009.pdf - Google Drive](#)>. Acesso em: Abr. de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. - 39. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 21 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo, Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital feitiço: capital financeiro, trabalho e questão social. - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

JÚNIOR, R. F.; LARA, R. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional / Labor and the Social Being: Reflections regarding the Lukacsian ontology and its occurrence in the Professional Ethical-Political... **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 20–31, 2015. DOI: 10.15448/1677-9509.2015.1.17406. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17406>. Acesso em: Maio. de 2023.

KUJAWA, Débora Rita; MARTINS, Amilton Rodrigues de Quadros; PATIAS, Naiana Dapieve. Evolução histórica da educação e da escola no Brasil. p. 187- 199. Revista sociais e humanas - vol. 33/ nº 3- 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349191173_A_EVOLUCAO_HISTORICA_DA_EDUCACAO_E_DA_ESCOLA_NO_BRASIL>. Acesso em: Mai. de 2023.

MACIEL, Fabrícia Cristina de Castro. A formação e a profissão do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho: dilemas intrínsecos ao PEP. in: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Eixo: Fundamentos do Serviço Social. Londrina-PR, de 24 a 27 de maio de 2022. Disponível em: <[Formatação dos artigos para publicação nos anais \(uel.br\)](#)>. Acesso em: Abr. de 2023.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social.-8 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. Biblioteca básica do Serviço Social; V.1.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <[SciELO Books | A construção do perfil do assistente social no cenário educacional](#)>. Acesso em: Abr. 2023.

PEREIRA, Michele Cezareti. Evasão escolar: causas e desafios. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. Fevereiro de 2019. Disponível em:

<[Evasão escolar: causas e desafios - Revista Científica \(nucleodoconhecimento.com.br\)](#)>. Acesso em: Mai de 2023.

QUEIROZ, Lucicleide Domingos. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar a inclusão social. 25ª Reunião anual da Anped, Caxambu, v.1, n.1, p. 01-18, 2022.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <[Revista 107.indd \(scielo.br\)](#)>. Acesso em: Abr. de 2023.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPhbsYs5P/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: Mai. de 2023.

ANEXOS

ANEXO I – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Pesquisador Responsável: REGINALDO PEREIRA FRANÇA JUNIOR
Endereço: Rua Djacir Marques Pinto, 10 Apto 201
Sousa – Paraíba - CEP: 58807-630
Fones: 62 98317 8307
E-mail: reginaldo.pereira@professor.ufcg.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**A EVASÃO ESCOLAR COMO DESAFIO AO SERVIÇO SOCIAL**”. Essa pesquisa tem como objetivo compreender o trabalho profissional do (a) Assistente Social frente à evasão escolar em um município no alto sertão paraibano no ano de 2022, a pesquisa utilizará o método qualitativo, a partir do método materialista dialético, com aplicação de uma entrevista semiestruturada, de maneira a assimilar os elementos que causam a evasão escolar nas instituições educacionais. Assim, contribuir para o debate sobre o trabalho profissional na área da educação, buscando a partir do reconhecimento dessas questões possibilidade de enfrentamento da evasão escolar. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será orientado (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para **participar** ou **recusar-se** a participar. Poderá **retirar** seu **consentimento** ou **interromper** a participação a qualquer **momento**. A sua participação é **voluntária** e a **recusa** em participar **não acarretará** qualquer **penalidade** ou **modificação** na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com rigorosos padrões profissionais de sigilo e confidencialidade.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

O (a) Sr. (a) terá garantida a entrega de uma via, de igual teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS SOUSA) e a outra será fornecida ao (a) sujeito da pesquisa.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelo ressarcimento dos mesmos.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelo ressarcimento dos mesmos. Toda pesquisa incorre em possíveis riscos, e nesta pesquisa destacamos: confrontação da situação das condições de trabalho do(a) trabalhador(a) no momento da entrevista, bem como uma reação adversa ao seu espaço de trabalho, por exemplo; conflitos de ordem políticos, etc. Visando minimizar os impactos destes possíveis riscos, o pesquisador adotará uma estratégia de mitigação do conflito entre trabalhador e campo de trabalho, oferecerá acolhimento psicológico e jurídico, caso necessário, e os procedimentos ocorrerão sob responsabilidade do pesquisador em tela.

Associa-se ainda, medidas adicionais para controle de riscos, a saber: processo de entrevista e aplicação de questionário em local com condições de garantir sigilo, privacidade, caso seja necessário o contato físico entre pesquisador e participante da pesquisa. A não divulgação dos nomes e características que permitam identificação dos participantes e substituição dos nomes por letras, números ou nomes fictícios, bem como a eliminação completa dos áudios após a transcrição. Como parâmetro ético-legal, esta pesquisa atenderá as determinações constantes na Resolução 510/2016.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**A EVASÃO ESCOLAR COMO DESAFIO AO SERVIÇO SOCIAL**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Este projeto de pesquisa foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (CEP/CCJS/UFCG), situada no Campus Centro da UFCG, localizado na Avenida Sinfrônio Nazaré, 38, Centro – Sousa PB, telefone 083 3521-3226 – E-mail cep.ccjs@setor.ufcg.edu.br.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Sousa - PB, XX de XXX de 202X.

Nome Assinatura participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

ANEXO II – Modelo do Roteiro da entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CAMPUS SOUSA – PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1- O que você entende sobre o tema evasão escolar?
- 2- Na sua opinião, evasão escolar é uma expressão da questão social? Explique.
- 3 - Como identificar os casos de evasão escolar na instituição?
- 4- Baseado na sua experiência, quais os fatores contribuem para a evasão escolar? Explique.
- 5- Como é seu processo de trabalho nos casos de evasão escolar?
- 6- Quais os instrumentos profissionais utilizados para acompanhamento dos casos de evasão escolar?
- 7- Quais os desafios para a atuação do assistente social frente a evasão escolar?
- 8- Qual as ferramentas/trabalho feito para manter os alunos na escola antes que abandonem os estudos?